

# No primeiro dia, já 200 destaques

Uma manhã tranqüila, sem a agitação e as correrias naturais, que sempre pautam o início de cada etapa do trabalho constituinte, marcou ontem a abertura dos prazos para que cada parlamentar possa apresentar à Secretaria-Geral da Mesa seus pedidos de destaques — seis por cada constituinte —, que deverão incidir, no todo ou em parte, sobre o texto de emenda individual ou popular, substitutivo ou dispositivo do projeto. Os primeiros pedidos foram entregues, por volta das 10 horas, pelo senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF), que incluiu em sua cota três destaques para emendas populares. Apesar da tranqüilidade dos trabalhos, sem as tradicionais filas até as 14 horas a Mesa havia recebido nada menos que 202 pedidos de destaques.

O prazo para esta fase dos trabalhos termina

amanhã, à meia-noite, sendo que a terça-feira será reservada para os encaminhamentos dos requerimentos de preferência, para votação dos destaques já apresentados ao preâmbulo, títulos I e II do projeto.

Após as 18 horas de terça, a Secretaria-Geral da Mesa da Constituinte inicia o trabalho de organização dos destaques e dos pedidos de preferência apresentados, ordenando a pauta do primeiro dia de votação do projeto de Constituição.

Antes do início da votação em plenário, marcada para as 14h30m de quarta-feira, o trabalho da Secretaria da Mesa será o de verificar se o destaque refere-se à emenda ou ao dispositivo corretos, se o autor do destaque é o primeiro signatário e se nome está legível e ainda se as cópias — três para cada emenda — correspondem ao original e estão assinadas.

## DESTAQUE

Os constituintes poderão apresentar destaques para aprovação ou supressão de parte do projeto ou de substitutivo, considerando-se incluída ou excluída do texto respectivo a matéria objeto do destaque, se este for aprovado pela maioria absoluta dos membros da Constituinte (280 parlamentares). Portanto, poderão ser objetos de destaques as emendas populares, as emendas individuais (substitutivo) e o projeto constituinte apresentado pela Comissão de Sistematização. Os destaques para votação em separado de partes do texto do projeto ou do substitutivo poderão também ser apreciados, desde que inscritos por no mínimo 187 constituintes.

Os novos mecanismos de votação, ditados pela alteração do Regimento Interno da Constituinte, vêm causando um certo embaraço no entendimento de algumas etapas do processo. Ontem mesmo, uma das assessoras do constituinte Aluizio Campos (PMDB-PB) queria que a Mesa da Constituinte aceitasse, em um só pedido de destaque, as duas alterações que o Deputado queria fazer, para um mesmo artigo, mas em fontes diferentes, uma no substitutivo do Centrão e a outra no projeto do relator Bernardo Cabral. A Mesa, naturalmente, não aceitou a confusão do constituinte e entendeu que ele estava propondo dois destaques em separado.

As disposições transitórias, que tratam do mandato do presidente José Sarney, do sistema de governo, da anistia, de eleições no Distrito Federal, e o capítulo 7º, dos Direitos Sociais, foram os itens que mais receberam destaques no primeiro dia de apresentação dos pedidos. Também neste primeiro dia, o único parlamentar a entregar pessoalmente seus pedidos foi José Costa (PMDB-AL). Até as 14 horas, a Mesa não tinha recebido nenhum pedido de destaque para as emendas coletivas, que precisam de 187 assinaturas para poder merecer o destaque.



A entrega dos pedidos começou tarde

## Centrão orientará votos

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) já avisou que o Centrão vai colocar um parlamentar em cada fileira de cadeiras do Plenário com a responsabilidade de orientar os colegas a votar sim ou não. "O Cabral foi esperado, dando às nossas emendas parecer contrário, desfavorável e, assim,

quando colocadas em votação vamos ter que votar não". Isto vai confundir todo o mundo, admite o deputado. Algumas propostas do Grupo dos 32 porém, vêm sendo aceitas pelo Centrão, o que diminui um pouco o número de emendas que os integrantes do grupo terão que aprovar dizendo não.

## Veto de Cabral atinge líderes

MARBA FURTADO Da Editoria de Política

Das 1574 emendas que obtiveram parecer contrário do relator Bernardo Cabral (sete destas avaliadas pelo senador Nelson Carneiro, por impedimento do relator), 848 pertencem a 212 constituintes, que estão assim com as quatro emendas individuais, a que tinham direito de apresentar nesta fase, com parecer desfavorável. Executando-se outros 306 com até três emendas nesta lista, o próprio relator (que não apresenta emendas) e 25 constituintes que não ofereceram proposições, somente 15 tiveram parecer favorável para todas as quatro emendas individuais ao projeto de Constituição, incluindo-as no rol das 421 propostas que terão aprovação de Cabral na votação em plenário.

O parecer contrário do relator não impede definitivamente que as emendas sejam apreciadas em plenário, mas dificulta bastante sua tramitação. Elas serão objetos dos últimos pedidos de destaques a serem colocados em votação, situação agravada agora com a alteração do Regimento Interno. Só depois que todas as emendas coletivas, que têm preferência automática, forem votadas, e depois ainda da apreciação das demais proposições destacadas e colocadas em ordem de acordo com o número de assinaturas dos requerimentos de preferência relativos aos destaques, elas irão a voto. Sua tramitação vai depender ainda do resultado obtido por matéria correlata que seja apreciada anteriormente. Uma emenda nesta condição pode ficar prejudicada se proposta contrária for aprovada em plenário.

O relator seguiu à risca sua decisão de manter o "compromisso de coerência e transparência" em relação ao texto que assinou na Comissão de Sistematização. Mesmo acolhendo as emendas coletivas, por força regimental, não deixou de antecipar seu voto junto aos pareceres que emitiu. Sobre as proposições individuais, no entanto, colocou-se contrário a todas que não estavam de acordo com o projeto de Constituição.

Riscou da lista do parecer favorável tanto as propostas dos membros do Centrão — como os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Ricardo Fluzza (PFL-PE), Matheus Iensen (PMDB-PR) e Carlos

Sant'Anna (PMDB-BA) — quanto dos líderes e parlamentares dos partidos de esquerda. Os deputados Haroldo Lima (PC do B-BA), Roberto Freire (PCB-PE), Luiz Inácio Lula (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ), líderes de seus partidos, estão com suas quatro emendas com parecer desfavorável. O senador Jamil Haddad, líder do PSB, conseguiu ter apenas uma, das quatro, acolhida por Cabral.

### DIREITOS E GARANTIAS

Das 64 emendas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores (quatro de cada um dos 16 deputados da bancada), apenas três receberam parecer favorável do relator: a que prevê a extensão dos benefícios da licença maternidade, da jornada máxima de trabalho e do pagamento com acréscimo do serviço extraordinário aos trabalhadores domésticos (de autoria da deputada Benedita da Silva); outra que inclui entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a autorização de operações externas de natureza financeira (do deputado Plínio Sampaio); e a que estabelece a possibilidade de compensação de horário e de redução da jornada de trabalho mediante acordo ou convenção coletiva (do deputado Paulo Paim).

As demais proposições do PT e do PDT, grande parte voltada para os capítulos dos direitos dos trabalhadores e direitos e garantias individuais, aparecem no relatório integrando a lista do parecer contrário. Cabral não acolhe as propostas do líder do PDT, Brandão Monteiro, de jornada de trabalho de 40 horas semanais; de anistia ampla aos cassados por motivos políticos entre 10 de abril de 1964 e 28 de agosto de 1979; de proibição pela lei de toda forma de monopólio, oligopólio, cartéis e outras de abuso do poder econômico; e da criação de um Fundo de Acesso ao Controle Acionário, que permitiria a participação dos trabalhadores no controle acionário das empresas.

O líder do PT também teve suas propostas com parecer contrário. Ele apresentou emendas pedindo para reincorporar ao projeto o texto desenvolvido pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, sobre o "direito de propriedade" subordinado ao interesse social. Além desta, voltou a apresentar suas teses de

estabilidade no emprego, eleições gerais em 15 de novembro deste ano e das competências do Presidente da República.

Eleições diretas 120 dias após a promulgação da Constituição; o direito originário do índio sobre a terra que ocupa e a obrigatoriedade de autorização pelo Congresso Nacional de exploração mineral nestas áreas; as relações diplomáticas do Brasil e o papel das Forças Armadas — estas foram as propostas de Haroldo Lima (PC do B-BA) incluídas no rol do parecer contrário. Também o líder do PCB, Roberto Freire, participa desta lista, com proposições sobre a indenização prévia, paga em dinheiro, no valor do mercado, ao imóvel desapropriado que seja moradia do proprietário; anistia; fim da censura de natureza política ideológica nos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que deve ser proibida toda propaganda de fumo e medicamentos e produtos nocivos à saúde; e inviolabilidade do sigilo de correspondências e das comunicações em geral.

### CENTRÃO

Mas não foram só as emendas da esquerda que receberam este parecer do relator. Membros do Centrão também obtiveram muitos pareceres contrários. O deputado Matheus Iensen, autor da emenda coletiva que pede cinco anos para o presidente Sarney, não conseguiu agradar com nenhuma de suas individuais, que também vieram acompanhadas por uma lista de assinaturas. O deputado evangélico queria que a Constituição assegurasse aposentadoria aos 30 anos de atividade pastoral a todo ministro de confissão religiosa. Outra emenda de sua autoria pede a limitação, pela Lei, do número de dissoluções conjugais.

Outro membro do Centrão, deputado Bonifácio de Andrada, teve parecer contrário para duas propostas envolvendo a figura do 1º Ministro; uma prevendo paridade das aposentadorias e pensões com as remunerações dos trabalhadores na atividade e outra que cria a Comissão de Estudos e Divisão Territorial da Amazônia. O líder do Governo, Carlos Sant'Anna, incluiu-se na lista com uma emenda presidencialista, uma proposta de que as ações e serviços de saúde sejam de natureza pública e outra sobre a proteção à cultura.

# Ministros cobrarão mandato

Costa Couto acha que definições terão que sair logo

EUGENIO NOVAES



Ulysses não participou das reuniões que tomaram todo o dia

Para o Palácio do Planalto, não se trata de pressão, mas os ministros do presidente José Sarney — a informação foi dada ontem pelo ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil — estão tentando persuadir os constituintes a definirem fôgo o sistema de governo e o mandato do atual Presidente da República.

Ronaldo Costa Couto participou ontem, na fazenda de São José do Percumã, de um almoço oferecido pelo presidente José Sarney ao governador Newton Cardoso que, acompanhado do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, chegou e foi embora de helicóptero.

Durante o almoço, o governador de Minas reafirmou, segundo o ministro do Gabinete Civil da Presidência da República, sua convicção de que o mandato de cinco anos será vitorioso na Constituinte e que o assunto, bem como o sistema de governo, devem ser decididos logo, por que a indefinição "está prejudicando o País".

Ronaldo Costa Couto disse que o Palácio do Planalto não pretende pressionar nenhum constituinte, mas observou que "argumentar, persuadir e defender ideias, isso é legítimo, e é isso que nós mesmos, os ministros, estamos fazendo".

A tentativa de convencimento dos constituintes,

feita pelos ministros do presidente José Sarney, envolve não apenas a inversão da pauta, com a definição imediata do mandato e do sistema de governo, mas também a defesa dos cinco anos para o atual Presidente.

Abandonando, momentaneamente, a condição de ministro, para falar "apenas como cidadão", Ronaldo Costa Couto defendeu a ideia de que "a Constituinte precisa se definir logo, em relação ao mandato e ao sistema de governo, deixando as questões conjunturais e partidárias para as questões que realmente interessam ao povo brasileiro". Até porque, segundo ele, mandato e regime são coisas que só interessam ao Legislativo e ao Executivo, não à opinião pública.

Das pesquisas, que têm verificado o desejo da população de eleger um novo Presidente da República, o ministro do Gabinete Civil notou que "o povo brasileiro adora votar", e que "essa ansiedade para votar é legítima; eu mesmo nunca votei para presidente".

Mas o povo, de acordo com Ronaldo, "tem uma sabedoria mágica, invisível, e entende as dificuldades do presidente José Sarney, sabe que vários problemas que estão aí, como a dívida externa, foram herdados de outros governos".

## Maciel: Acordo não vem

Recife — O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel disse ontem que não acredita no êxito das articulações de setores do Governo no sentido de inverter a pauta da Constituinte para que seja votado antecipadamente o mandato presidencial. "As gestões nesse sentido não produzirão resultados, até porque nunca se chegará a acordo algum", disse Maciel, que continua acreditando ser irreversível a realização da eleição presidencial este ano, e até já defende que seu partido, com o ministro Aureliano Chaves como candidato, faça uma composição com outras forças políticas em torno do candidato a vice-presidente.

Maciel preconiza um entendimento entre os diversos segmentos políticos no sentido de que sejam agilizadas os trabalhos da Constituinte, sobretudo no que se refere à votação da matéria e se produza finalmente a nova Carta constitucional.

Lembra ele que já na próxima semana, quando o projeto de Constituição descer ao plenário para votação, a Constituinte completará um ano de instalação, sendo a mais longa da história do País. "A classe política, por isso, sofre uma erosão muito grande de conceito, imagem e popularidade. Passamos à opinião pública a imagem de que somos incapazes para a tarefa que nos foi outorgada", disse Maciel.

Certo de que ainda este ano o eleitorado irá escolher seu novo Presidente, já que a Constituinte, acredita ele, irá deliberar nesse sentido, o senador defende o nome do ministro Aureliano Chaves como "natural" para candidato do PFL, observando que cresce dia-a-dia a credibilidade dele dentro do partido. Informou Maciel que tão logo se aproxime o final do trabalho de elaboração da nova Carta constitucional, o partido vai se reunir em convenção para tratar da questão da candidatura.

## Blocos definem o que negociarão na quarta-feira

"A corrida é contra o tempo, todos os acertos materiais são válidos para que se possa negociar na quarta-feira quando todos estarão no Plenário" disse o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, sobre as reuniões que aconteceram ontem no Congresso Nacional para definição dos pedidos de destaque em conjunto. De um lado, o senador participava de uma reunião com os vice-líderes Nelson Jobim (RS), Sigmaringa Seixas (DF) e Antônio Britto (RS), de outro, o Centrão e o Grupo dos 32 buscavam pontos em comum para defenderem juntos.

Os constituintes do PMDB que não pertencem ao Centrão deverão apresentar pedidos de destaque das emendas que julgarem mais importantes. Uma ou outra, se quiserem, poderão destacar pessoalmente. Esse acordo está acontecendo, também, com os partidos de esquerda e o MUP, de um lado, e com o Centrão e o Grupo dos 32, de outro. As reuniões começaram no início da manhã de ontem e devem se estender até segunda-feira, quando se expira o prazo para pedidos de destaque.

As estratégias estão sendo discutidas de acordo com as negociações. Quando não chegam a um consenso apresentam os pedidos de destaque igualmente mas sem correr o risco de coincidências. Consenso só não existe entre os partidos de esquerda e o substitutivo do Centrão: concordam, apenas, com o parágrafo seis do artigo 6º — manifestação do pensamento preservado o sigilo da fonte jornalística — e o parágrafo quatro do artigo dez — defesa

dos direitos e interesses da categoria pelos sindicatos.

### CENTRÃO E 32

Em outra reunião, na sala da comissão de finanças do Senado, o Centrão e o Grupo dos 32 chegavam na reta final: apenas em 14 itens não chegaram a um acordo. Os pontos principais que ainda vão discutir são a prescricibilidade — prazo para as reclamações trabalhistas entrarem na justiça — o Centrão defende dois anos e o Grupo dos 32, cinco anos a contar do dia da infração, e indenização por demissão imotivada. Não se fala mais em estabilidade. Virgílio Távora (PDS-CE) acha que deverão fechar um acordo em torno da proposta acordada com os metalúrgicos de São Paulo: indenização compensatória.

"Ataque em sanfona e defesa em leque" disse um assessor do PT ao ser questionado sobre a estratégia do Partido. Deve ser mais ou menos assim. Qualquer vitória dos partidos de esquerda e do MUP depende da possibilidade de alguns constituintes recuarem da posição assumida ao assinarem as propostas do Centrão.

Existem também divergências entre os pequenos, muitas inclusive de caráter ideológico. O pluralismo sindical e regime de governo (presidencialismo) são assuntos que o PT não discute, enquanto o PCB, por exemplo, defende o parlamentarismo. Os petistas defendem também a elegibilidade de analfabetos — "se podem votar, podem ser eleitos", diz o deputado Paulo Delgado — com que o MUP também não concorda.

## Ulysses fica de fora dos entendimentos

O presidente Ulysses Guimarães permaneceu toda a manhã de ontem, em sua residência, na Península dos Ministros, para um merecido "descanso do guerreiro". Não participou, portanto, da reunião marcada para ontem mesmo com as lideranças do PMDB, quando se discutiria o processo de votação no plenário, visando agilizar os trabalhos na Constituinte. Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Britto e Ibsen Pinheiro, neste período, encontravam-se no Congresso Nacional tratando da elaboração de seus destaques. Talvez prevendo uma semana tumultuada e conflituosa, o presidente da Constituinte, muito sabiamente, trocou de programa e preferiu sair para almoçar com alguns amigos, acompanhado de sua esposa, dona Mora.

## Históricos vão unir o comando

Não resta a Ulysses Guimarães outra alternativa senão se recompor com o grupo mais comprometido com a história do Partido, segundo avaliação que fizeram, nestes últimos dias, em Brasília, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e alguns dos seus companheiros de corrente, como o senador José Rícha e os deputados Euclides Scalco e Egidio Ferreira Lima.

Cada vez mais afastado do Governo Sarney, que deu uma "clara guinada para a direita" segundo Egidio, Ulysses não pode ficar entregue aos conservadores dentro do partido, sob pena de descaracterizar irremediavelmente o PMDB e colocar em risco a indiscutível importância que tem no partido.

Egidio Ferreira Lima constata, com certa preocupação, que o PMDB está dividido em várias ilhas formadas pelas suas mais importantes lideranças. E essa situação que pretende superar